



Ementas

1º Semestre de 2019



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
Disciplina:	Filosofia do Direito I - A Concepção Clássica de Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina visa compreender o conceito de justiça desde a antiguidade até a modernidade com grande repercussão na era Contemporânea. Trata-se de um estudo dos fluxos e influxos do pensamento filosófico. Não prescindiremos da perspectiva histórica (não linear) e estrutural. Por conta disso, os autores serão estudados em seu contexto histórico-cultural o que facilitará a compreensão de suas propostas sobre a Justiça e o Direito. Em Seminários realizados, pelos alunos, com a assistência do Professor, se procederá à análise estrutural das obras mais significativas dos principais expoentes das diversas correntes jusfilosóficas que se sucedem numa incessante dialética entre o Direito posto e o ideal do Justo.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. O Positivismo Jurídico. Tradução de Marcio Pugliesi. São Paulo, Editora Ícone, 1999.

DE CICCO, Cláudio. História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2013, 7ª edição revista.

GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2002.

REALE, Miguel. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 2011, 20ª edição, 9ª tiragem.

VILLEY, Michel. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, Editora Martins Fontes, 2009, 2ª edição.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Celso Fernandes Campilongo
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Ehrlich, Kelsen e Luhmann: Três Conceitos de Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos programas teóricos de Ehrlich, Kelsen e Luhmann para o Direito. Leitura, de uma parte, da centenária polêmica entre Ehrlich e Kelsen sobre o estatuto científico da Jurisprudência e da Sociologia do Direito, e, de outra parte, dos termos em que o debate entre "normativismo" e "sociologismo" é reproposto por Luhmann, no final do século XX.

Bibliografia Básica:

Eugen Ehrlich e Hans Kelsen. *Scienza giuridica e sociologia del diritto*. Napoli, Edizioni Scientifiche Italiane, 1992;

Eugen Ehrlich, Hans Kelsen e Max Weber. *Verso un concetto sociologico di diritto*. Milano, Giuffrè, 2010;

Eugen Ehrlich. *Fundamentos da sociologia do direito*. Brasília, UnB, 1986;

Raffaele De Giorgi, *Ciência do Direito e Legitimação*. Curitiba, Juruá, 2017;

Niklas Luhmann, *O Direito de Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2016.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Christiano Jorge Santos
Disciplina:	A Tutela Penal dos Direitos Fundamentais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A TUTELA PENAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS: levando-se em conta a subordinação do direito penal às normas constitucionais, somente pode ser concebida tal ramificação do direito como um direito penal constitucional, hodiernamente. De tal modo, considerando-se o princípio da dignidade da pessoa humana - estabelecido no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República - como protoprincípio e ponderando-se os demais princípios relativos aos direitos humanos (implícitos e explícitos), bem como os direitos individuais estabelecidos no artigo 5º e em outras previsões esparsas do Magno Diploma, faz-se necessária uma abordagem do direito penal voltada à proteção dos relevantes bens jurídicos relacionados a tais princípios e direitos. Não mais se pode conceber o direito penal - sob o enfoque político - como mero instrumento do poder estatal (ou seja, "braço forte" legislativo dos governos, à medida em que é usado para o controle social), mas sim, propugna-se seja tido, principalmente, como meio para garantir-se o exercício dos direitos à vida, à igualdade, às liberdades (de ir, vir e permanecer; de expressão; etc) e à segurança. Destarte, com esta matéria almeja-se incrementar a produção intelectual sobre este novo modo de se compreender o direito penal. O fomento à reflexão crítica de temas criminais como o emprego do direito penal no combate ao genocídio, ao racismo, à tortura, ao terrorismo, ao tráfico de pessoas, à desigualdade de gênero, dentre tantos delitos, especialmente os crimes contra a humanidade (assim classificados no Estatuto de Roma e nos direitos internos de diversos países democráticos), possibilitará um significativo incremento ao direito penal brasileiro moderno, com vistas à construção de uma base intelectual mais sólida, apta a contribuir para o fortalecimento de uma sociedade mais igualitária e fraterna. Para tanto, faz-se também necessária a análise dos temas em consonância com as previsões dos tratados internacionais de direitos humanos, especialmente aqueles assinados pelo Brasil, e seus reflexos em nosso cotidiano social e jurídico. Por fim, é imperioso o estudo jurídico, com a profundidade e com a atenção merecidas, do princípio da segurança, estabelecido no



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

artigo 5o, caput, da Constituição de 1988, sob o prisma da segurança pública. Isto porque trata-se de princípio praticamente ignorado pelos juristas brasileiros e que corresponde à estrutura basilar dos direitos humanos das vítimas por caracterizar-se como dever do Estado de salvaguardar a vida, a integridade corporal e moral, a tranquilidade, o patrimônio, o meio ambiente e todos os bens jurídicos penalmente tutelados, tanto da coletividade quanto de cada ser humano, individualmente. Alinha-se tal raciocínio à noção de obediência ao preceituado no princípio da proibição da proteção deficiente. Estabelece-se, assim, uma correlação dos deveres ou "obrigações contratuais" decorrentes do pacto social há tempos estabelecido ao tempo do Iluminismo, resgatando-se as ideias originais para adequá-las aos tempos atuais, estabelecendo-se o direito penal mais consentâneo ao Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

ARENDETT, Hannah. Eichmann em Jerusalém. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. Fundamentos da Pena. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

JAKOBS, Günther. Fundamentos do Direito Penal. Trad. André Luís Callegari. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NUCCI, Guilherme de Souza. Direitos Humanos versus Segurança Pública. Rio de Janeiro: Gen/Método/Forense, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. Leis Penais e Processuais Penais Comentadas. 10 ed. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: Gen/Método/Forense, 2017.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Filosofia do Direito I
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina FILOSOFIA DO DIREITO I percorrerá, através de aulas expositivas e seminários, as principais concepções da Filosofia do Direito, desde a Antiguidade Clássica até a Era Contemporânea, mostrando a conjuntura econômico-social em que nasceram e se defrontaram, mostrando a dialética das idéias jurídicas num contexto maior histórico-cultural e político. Autores como Platão, Aristóteles, Plotino, Agostinho de Hipona ladearão com Aquino e Dante, até o despontar da modernidade com Locke, Descartes, Rousseau, Kant, Hegel e Marx, refletindo-se na reflexão jusfilosófica de Cícero, Cujácio, Domat, Poitier, Savigny, Jhering, Jellinek, Kelsen, Gentile e Pashukanis culminando nas sínteses de John Rawls, Gadamer e Habermas.

Bibliografia Básica:

Chaim Perelman. Ética e Direito. Trad. G. E. Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

Claudio De Cicco. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva, 2019, 2ª edição.

Miguel Reale. Filosofia do Direito. São Paulo, Editora Saraiva, 20ª edição, 2ª tiragem, 2011.

Salvatore Veca et alii. A Idéia de Justiça de Platão a Rawls.. Trad. K. Jannini. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

Michel Villey. A Formação do Pensamento Jurídico Moderno. Trad. C. Berliner. São Paulo, Martins Fontes, 2005.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio de Cicco
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina TEORIA GERAL DO DIREITO pretende passar em revista, através de aulas expositivas e seminários, as principais concepções do Direito de acordo com várias teorias: o direito como pura categoria racional, o direito como fato histórico-social, o direito como instituição, o direito como norma pura, o direito como realidade cultural, o direito como dado da natureza, o direito como resultado de uma infra-estrutura econômica, o direito como ideal de justiça, o direito como intuição e consciência. Tais teorias serão estudadas também em seu lado prático, apreciadas no que diz respeito ao ordenamento jurídico como sistema, como estrutura e função, como persuasão, como decisão judicial, como comunicação ou consenso.

Bibliografia Básica:

Chaim Perelman. Lógica Jurídica. Trad. V.K. Pupi. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

Claudio De Cicco. História do Direito e do Pensamento Jurídico. São Paulo, Editora Saraiva, 2019, 2ª edição.

Miguel Reale. Fundamentos do Direito. São Paulo, Editora Migalhas, 2014, 4ª edição.

Neil MacCormick. Argumentação Jurídica e Teoria do Direito. Trad. W.Barcellos. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

Norberto Bobbio. Teoria Geral do Direito. Trad. D.Agostinetti. São Paulo, Martins Fontes, 2008.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Cláudio Finkelstein
Disciplina:	Reflexos Jurídicos da Globalização Econômica - O Estado Nacional como Produtor de Normas
Núcleo de Pesquisa:	Direito das Relações Econômicas Internacionais
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O objetivo da disciplina REFLEXOS JURÍDICOS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA - O ESTADO NACIONAL COMO PRODUTOR DE NORMAS é revisar os diferentes institutos e procedimentos jurídicos que são utilizados no âmbito do direito Internacional e que regulam os direitos e deveres interprivados no marco da complexa rede de relações econômico/sociais e políticas do nosso tempo. Especialmente se estudará a mecânica de funcionamento dos contratos no âmbito das relações econômicas internacionais, examinando os resultados que derivam de uma aplicação e concepção dos negócios jurídicos baseada nos valores humanistas e justos, os quais operam de forma indireta como mecanismo de garantia e proteção dos direitos humanos e servem para criar relações interculturais que favorecem a paz mundial.

Bibliografia Básica:

FINDELSTEIN, Cláudio. Direito Internacional. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2013.

FINDELSTEIN, Cláudio. Hierarquia das Normas no Direito Internacional. Jus Cogens e Metaconstitucionalismo. São Paulo: editora Saraiva, 2013.

GUIMARÃES, Direito Internacional Contemporâneo. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Arraes, 2014. v. 1. 231p.

GUIMARAES, Antonio Marcio da Cunha. Direito Internacional - Coleção OAB - Doutrina. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. v. 01. 136p.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público - 14ª edição. 14. ed. São Paulo: LTR, 2017. v. 01. 397p.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Clovis Beznos
Disciplina:	Transformações contemporâneas da Administração Pública e suas implicações na dogmática do Direito Administrativo
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2019
Créditos Correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A disciplina se propõe a analisar as principais transformações contemporâneas do Direito Administrativo no contexto de um Estado Democrático de Direito. Serão estudados o âmbito e o modo de atuação da Administração moderna e as suas implicações na dogmática do Direito administrativo.

Bibliografia Básica:

BURDEAU, François. Histoire du Droit Administratif. França: Presses Universitaires de France.

CASSESSE, Sabino. Derecho Administrativo: Historia Y Futuro. Global Law Press.

MACHETE, Pedro. Estado de Direito Democrático e Administração Paritária. Coimbra: Almedina, 2007.

OTERO, Paulo. Legalidade e Administração Pública: O sentido da Vinculação Administrativa à Juridicidade. Coimbra: Almedina, 2007.

SCHMIDT-ASSMANN, Eberhard. La Teoria General del Derecho Administrativo como Sistema Objeto y Fundamento de la Construcción Sistemática. Madri: Marcial Pons, 2006.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Administrativo.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Consuelo Yatsuda Moromizato Yoshida
Disciplina:	Tutelas material e processual dos direitos fundamentais, difusos e coletivos: atualidades e controvérsias
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina, que será ministrada por professores do Núcleo de Pesquisa em Direitos Difusos e Coletivos, se propõe a examinar questões atuais e controvertidas acerca dos clássicos e dos novos direitos fundamentais difusos e coletivos (direitos políticos, econômicos e sociais no Século XXI), sob perspectiva histórico-evolutiva da proteção internacional, constitucional, legal e infralegal, analisando-se criticamente os avanços e retrocessos, com repercussão nos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais. O enfoque será multi, inter e transdisciplinar, não apenas entre as áreas do Direito (Internacional, Constitucional, Administrativo, Urbanístico, Econômico, Tributário, Relações de Consumo, Ambiental, entre outras) como na interface com áreas afins (Filosofia, Ciência Política, Sociologia) e tecnológicas (Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação). A proposta da disciplina é também analisar questões fundamentais da proteção desses direitos por meio da Tutela Processual Coletiva, bem como dos impactos decorrentes das inovações e alterações introduzidas pelo atual Código de Processo Civil (Lei n. 13.105, de 16.03.2015).

Bibliografia Básica:

1. CANOTILHO, J.J. Gomes. Estudos sobre direitos Fundamentais
2. COMPARATO Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos
3. NERY JUNIOR, Nelson, NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016
4. SYMONIDES, Janusk (Org.). Direitos humanos: novas dimensões e desafios. Brasília: UNESCO. Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Estevão Horvath
Professor Convidado:	Luíza Nagib
Disciplina:	Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar na Jurisprudência dos Tribunais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Dentro da linha de pesquisa Direito Constitucional e Processual Tributário, a disciplina aqui oferecida tem por objeto estudar aquilo que a Constituição Federal denomina "Limitações ao poder de tributar", especificamente os princípios constitucionais tributários e as imunidades na sua teorização e, principalmente, na visão que destes temas possuem nossos tribunais, passando, por conseguinte, pelos modos de interpretação aplicados no presente.

Bibliografia Básica:

Baleeiro, Aliomar. Limitações constitucionais ao poder de tributar, Ed. Forense, atualizado por Misabel Derzi

Ataliba, Geraldo. República e Constituição, Malheiros ed.

Carrazza Roque. Curso de Direito Constitucional Tributário, Malheiros ed., 29ª. ed., 2013

Carvalho, Paulo de Barros. Derivação e Positivção no Direito Tributário, Ed. Noeses

Costa, Regina Helena. Imunidades Tributárias - Teoria e Análise da Jurisprudência do STF - 3ª Ed. 2015, Malheiros ed.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Fabiana Del Padre Tomé
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - norma jurídica e o processo de positivação
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Estudo da norma jurídica e do respectivo processo de positivação pela perspectiva do constructivismo lógico-semântico. Essa concepção filosófica possibilita edificar uma teoria das normas bem estruturada em termos lógicos, discutida e esquematizada no nível semântico e com boas indicações para um desdobramento pragmático. Tudo isso considerando que a positivação do direito se opera mediante a presença indispensável da linguagem, num contexto de crenças, ideias e convicções, decorrentes dos valores dos sujeitos que integram a sociedade. Trata-se, portanto, de um estudo hermenêutico-analítico do direito. Nesse contexto, serão examinadas diversas perspectivas relacionadas à norma jurídica, tais como sua inserção no sistema do direito, seus aspectos estáticos e dinâmicos, com ênfase nos seguintes aspectos: I - Língua, realidade e direito. II - O constructivismo lógico-semântico como método de trabalho hermenêutico. III - Teoria comunicacional do direito. IV - Atos de fala no direito. V - Norma jurídica: estrutura e função. VI - Instrumentos para interpretação da norma jurídica. VII - Teoria do ordenamento jurídico. VIII - Teoria das classes e subsunção do fato à norma. IX - Teoria das provas na aplicação do direito. X - Teoria das relações e imputação normativa. XI - Valores e decisão jurídica. XII - A norma individual e concreta que documenta a incidência normativa.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Aurora Tomazini. Curso de Teoria Geral do Direito - O Constructivismo lógico-semântico. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

CARVALHO, Paulo de Barros (Coord.). Constructivismo Lógico-Semântico. Vol. I. São Paulo: Noeses, 2014.

TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4. ed. São Paulo: Noeses, 2016.

VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema do direito positivo. 4. Ed. São Paulo: Noeses, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Fabíola Marques
Disciplina: Teoria Geral do Processo do Trabalho
Núcleo de Pesquisa: Direito do Trabalho
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2019
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A disciplina objetiva estudar o processo trabalhista em uma perspectiva humanista e contemporânea do acesso à Justiça, tendo em vista que o direito deixou de ter como função apenas controlar e conservar a sociedade, desempenhando também funções de direção e transformação social, o que desafiou a rigidez lógico-formal dos tradicionais sistemas legais e judiciais. Com efeito, o reconhecimento formal de direitos não implica diretamente a sua efetivação e o desfrute pleno de direitos de cidadania (civis, políticos e sociais).

O desafio do acesso à justiça não se exaure no momento de ingresso ao Poder Judiciário, mas também se sujeita a imperativos de efetividade e de duração razoável do processo. Acesso à justiça significa a possibilidade de lançar mão de canais encarregados de reconhecer direitos, de procurar instituições voltadas para a solução pacífica de ameaças ou de impedimento a direitos. Nesse particular, impõe-se a reflexão sistematizada, no campo trabalhista, de temas como a coletivização do processo, a informatização do processo, a administração da justiça e, ainda, o incentivo a formas extrajudiciais de solução de conflitos (individuais e coletivos), aspectos que envolvem uma mudança de paradigma, ainda em curso, mas que levantam questões ainda não equacionadas.

Bibliografia Básica:

DIREITO DO TRABALHO, Fabíola Marques e Cláudia José Abud, Ed. Atlas, SP, 8ª ed.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, Amauri Mascaro Nascimento, Saraiva, SP.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, Carlos Henrique Bezerra Leite, LTr, SP.

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, Renato Saraiva, Método, SP.

MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, Mauro Schiavi, LTr, SP.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Flávia Cristina Piovesan
Disciplina:	Constitucionalismo Regional Transformador e Controle da Convencionalidade
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	14h00 às 18h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Objetiva a disciplina compreender a emergência de um novo paradigma jurídico no século XXI, sob a inspiração do Constitucionalismo Regional Transformador, com destaque ao controle da convencionalidade e ao impacto da jurisprudência da Corte Interamericana na região. Os diálogos jurisdicionais serão apreciados à luz do crescente processo de internacionalização de direitos, somado aos processos de constitucionalização do Direito Internacional e de internacionalização do Direito Constitucional. O curso terá como perspectiva o sistema jurídico multinível envolvendo as ordens local, regional e global, seus empréstimos, diálogos e interlocuções, tendo por realce o princípio maior da dignidade humana. Por fim, serão discutidas as perspectivas críticas e contemporâneas acerca do Constitucionalismo Regional Transformador, seus limites e potencialidades, considerando o impacto emancipatório do sistema interamericano no fortalecimento dos direitos da pessoa, da Democracia e do Estado de Direito na região, a impulsionar a emergência de um novo paradigma em um sistema jurídico multinível, pautado em um *Ius Constitutionale Commune* latino-americano em matéria da proteção de direitos.

Bibliografia Básica:

BOGDANDY, Armin von, MAC-GREGOR, Eduardo Ferrer, ANTONIAZZI, Mariela Morales, PIOVESAN, Flavia (coord), *Transformative Constitutionalism in Latin America: The Emergence of a New Ius Commune*, Oxford, Oxford University Press, 2017.

BOGDANDY, Armin von, PIOVESAN, Flavia e ANTONIAZZI, Mariela Morales (coord). *Ius Constitutionale Commune na América Latina* - vols.I, II e III, Curitiba, Juruá, 2016.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

_____. *Democracia e Integração Jurídica: emergência de um novo Direito Público* (coord), Rio de Janeiro, Elsevier, 2013.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. *Temas de Direitos Humanos*. 11^a ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*. 7^a edi. São Paulo: Saraiva, 2018.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. *Tratados Direito Internacional dos direitos humanos*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris editor, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Francisco José Cahali
Professor Convidado:	José Manoel de Arruda Alvim Netto
Disciplina:	Princípios, Cláusulas Gerais e os Institutos de Direito Privado
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Os Princípios (inclusive Constitucionais), bem como as Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados contidos no Código Civil, trazem impacto direto na adequada estruturação dos Institutos do Direito Privado, não só como base de sustentação das normas, mas também, especialmente, como fundamento da adequada exegese do ordenamento jurídico (e até mesmo em certas circunstâncias, para afastar a eficácia e/ou a vigência de previsões legais), nas mais diversas áreas deste importante ramo do Direito.

O objetivo do curso, assim, será desenvolver um percuciente e aprofundado estudo dos Princípios, Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados, mas sem deixar de explorar a sua operacionalidade, em condições de oferecer resultado útil à bagagem acadêmica em qualquer dos temas de Direito Privado.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Sistema Jurídico, Principios Jurídicos y Razón Practica. Revista DOXA n. 05 1988., Francisco José. Curso de Arbitragem. 3ª ed. São Paulo: RT, 2013.

AVILA, Humberto Bergmann. Teoria dos Princípios. 14ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

BATISTA, Alexandre Jamal (Coord. - obra coletiva). Princípios, Cláusulas Gerais e Conceitos Jurídicos Indeterminados nos Institutos de Direito Privado - Homenagem ao Professor Doutor Francisco José Cahali. São Paulo: Ed. IASP, 2017.

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico. Tradução Maria Celeste C. J. Santos; rev. téc. Cláudio De Cicco. 10ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

PUC-SP

LIMONGI FRANÇA, Rubens. Princípios gerais de direito. 3ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado - Critérios para a sua aplicação, São Paulo: Ed. Saraiva, 2018.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Civil.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Gabriel Benedito Issaac Chalita
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Relações entre Ética e Direito na Filosofia Clássica dos Gregos
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade o estudo dos principais temas da Filosofia do Direito na antiguidade grega e sua relação com as outras escolas. O referencial teórico fundamental é a *Ética a Nicômacos* de Aristóteles. A partir dessa obra busca-se discutir a justiça em outros autores contemporâneos a Aristóteles e a influência exercida sobre as escolas da Filosofia do Direito que vieram depois. Além disso, o objetivo é trabalhar uma metodologia que prepare o aluno para o magistério e para a pesquisa científica.

Bibliografia Básica:

AQUINO Tomás de. *A Prudência - A virtude da decisão certa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos* 3ª ed., Brasília: UnB, 1999.

DESCARTES, René. *Carta-Prefácio dos Princípios da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

RAWLS, John. *Uma teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. São Paulo: Edipro, 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Ivo Waisberg
Disciplina:	Temas de Mercado Financeiro e de Capitais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	4 ^a feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Analisar temas controversos ligados ao mercado financeiro e de capitais, incluindo o conceito de moeda, as moedas virtuais, regulação, responsabilidade civil, natureza das instituições financeiras.

Bibliografia Básica:

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos de crédito bancário. 9. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

SADDI, Jairo. O Poder e O Cofre: repensando o Banco Central. São Paulo: Texto novo, 1998.

SALOMÃO NETO, Eduardo. Direito Bancário. 5. ed., 2. reimp. São Paulo: Atlas, 2005.

WAISBERG, Ivo. Responsabilidade Civil dos Administradores de Bancos Comerciais. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

WAISBERG, Ivo; GORNATI, Gilberto. Direito Bancário: contratos e operações bancárias. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Mestrado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Comercial.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	Produção Bibliográfica
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Mestrado em Direito)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	15h00 às 19h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

A publicação de artigos, coletâneas, anais, com o objetivo de implementar a produção do Programa exige específica formação dos alunos. De particular dificuldade se reveste a produção discente nos padrões que, presentemente, são exigidos pela Área do Direito da CAPES.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa e ao projeto apresentado ao Orientador bem como os critérios de escolha dos periódicos aptos a receber as publicações elaboradas pelo discente, a partir da reflexão a respeito da área de atuação do aluno.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2^a ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11^a.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20^a ed., São Paulo: Cortez, 1997.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Luiz Alberto David Araújo
Disciplina:	O sistema qualis e a produção de artigos - como e onde publicar
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa (somente para alunos do Doutorado em Direito)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	14h00 às 19h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Critérios e regras para elaboração de um artigo científico. O Qualis como instrumento de qualificação do periódico. Como escolher um periódico para publicação. Aderência da produção ao projeto e à linha de pesquisa. O qualis dentro do quadriênio de avaliação. Como qualificar um periódico?

Como cuidar da produção técnica? Como ajudar a Coordenação na tarefa da produção científica. O papel dos bolsistas e o papel dos docentes na produção bibliográfica.

Justificativa:

O essencial na produção científica é a busca de sua qualificação. Não basta elaborar um texto. Ele deve obedecer ao exigido pelas regras da Capes.

A publicação artigos, coletâneas, anais do Programa devem obedecer aos padrões exigidos pela Área do Direito da CAPES que, muitas vezes, não são do conhecimento e compreensão de todos os alunos.

O propósito da Ementa, mais propriamente operando como Seminário, é o de formar e informar o aluno sobre as questões relativas ao padrão QUALIS; a temática relativa à aderência da produção quanto à linha de pesquisa do Programa. Durante o curso, haverá a elaboração de, no mínimo, dois artigos com a orientação do docente.

Bibliografia Básica:

ADEODATO, João Maurício. Bases para uma metodologia da pesquisa em Direito. In: <http://www.saraivajur.com.br/doutrina>. Acesso em 18-7-2002.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Monografia jurídica. 3ª ed. rev., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. Manual de metodologia da pesquisa no direito. 2^a ed., São Paulo: Saraiva, 2004.

NUNES, Rizzatto. Manual da monografia jurídica. 11^a.ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 20^a ed., São Paulo: Cortez, 1997.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Mairan Gonçalves Maia Junior
Professor Convidado:	Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery
Disciplina:	O testamento e sua técnica jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Visa a disciplina a estudar a técnica civil e registrária de confecção do testamento, pelo testador, com ou sem herdeiros necessários.

Bibliografia Básica:

CICU, Antonio. Testamento. 2. ed. Milano: Giuffrè, 1951.

LARENZ, Karl - Metodologia da ciência do direito, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 3 ed., 1997, trad. de José Lamego.

MAIA JR. Mairan Gonçalves. Sucessão legítima, Tese de Livre docência - PUC-SP, 2018

MARTINS-COSTA, Judith. A boa fé no direito privado. 2a. Ed., São Paulo: Saraiva, 2018.

NERY, Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade e NERY JR., Nelson. Instituições de Direito Civil - Direito de Sucessões, São Paulo: RT, 2017.

VELOSO, Zeno. Comentários à lei de introdução ao Código Civil. 2. ed. Belém: Unama, 2006.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos
Disciplina:	Interpretação Constitucional e seus Desafios Atuais - Teorias e Visão dos Direitos em Litígio
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Um dos temas centrais do constitucionalismo atual é o concernente a interpretação constitucional. Os tradicionais métodos interpretativos da lei ensinados por Savigny desde o século XIX foram paulatinamente substituídos ao longo dos séculos seguintes. O curso pretende introduzir ao aluno (a) na especificidade da hermenêutica constitucional, mediante a reunião de doutrina e jurisprudências provenientes dos mais respeitados centros de produção jurídica da Europa e das Américas bem assim de suas Cortes Nacionais, Internacionais e Regionais. Será dada ênfase aos direitos constitucionais mais complexos em termos hermenêuticos e sua judicialização.

Bibliografia Básica:

Gargarella, Roberto (Coordinador) Teoría Y Crítica del Derecho Constitucional, II TOMOS, Ed. Abeledo Perrot, Buenos Aires, 2010.

Mac-Gregor, Eduardo, Interpretación Constitucional, Editorial Porrúa, México, 2005, II Tomos.

Nogueira Alcalá, Humberto, El Derecho Processal Constitucional, Inicios del Signo XXI en América Latina, Universidad Externado de Colombia, UNAM, 2010.

Nogueira Alcalá, Lineamientos de interpretación constitucional y del bloque constitucional de derechos, Ed. Librotecnica Santiago, 2006

Revorio, Javier Días, Valores Superiores e Interpretación Constitucional, Centro de Estudios Políticos e Constitucionales, Madrid, 1997.

Soucramanien, Ferdinand Mélin, L'Interprétation Constitutionnelle, Dalloz, Paris, 2005.

Tribe, Laurence e Dorf, Michael, "Hermenêutica Constitucional", Editora Del Rey, Belo Horizonte, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Educação, Metodologia e Didática do Ensino Superior em Direito
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2019
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo repensar o papel do professor na Universidade, discutir o processo de aprendizagem no ensino superior e discutir a pesquisa científica através de uma reflexão crítica da Ciência do Direito. As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários, possibilitando ao aluno utilizar as diversas técnicas para repensar a didática em sala de aula.

Bibliografia Básica:

- ALVES, Rubem. Por uma Educação Romântica. Campinas: Papyrus Editora, 2002.
- DEMO, Pedro. Pesquisa e Construção de Conhecimento. 3ªed. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1997.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MORIN, Edgar. A Cabeça Bem-Feita. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- RIOS, Terezinha A. Compreender e Ensinar. São Paulo: Cortez, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcia Cristina de Souza Alvim
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Direito e Liberdade
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2019
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A presente disciplina tem por objetivo discutir um dos Princípios Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil: O Direito à Liberdade. Que é liberdade? O que é ser livre? É possível construir uma filosofia da liberdade? Como o Direito deve emancipar as ações humanas para a efetividade desse princípio fundamental? As aulas serão realizadas de forma expositiva e seminários.

Bibliografia Básica:

ARENDDT, Hannah. O que é Política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CANETTI, Elias. Massa e Poder. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HABERMAS, Jurgen. Comentários à Ética do Discurso. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles e CHARLES, Sébastien. Os Tempos Hipermodernos. Lisboa: Edições 70, 2011.

ROUSSEAU, Jean Jacques. Emílio ou Da Educação. 4ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2014.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Márcio Pugliesi
Disciplina:	Filosofia do Direito II: Um ponto de inflexão: a emergência da Sociedade de Dados e o direito eletrônico - uma introdução
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Apresentação dos principais encaminhamentos de uma visão sistêmico-construcionista da atividade dos juristas tendo em vista o desenvolvimento do novo estágio da sociedade ocidental e dos direitos a constituir.

Bibliografia Básica:

CAMPILONGO, Celso Fernandes. O Direito na sociedade complexa. 2ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 2011.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura - fim de milênio. 3ª. Ed., trad. Klaus Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CAZENEUVE, Jean. La sociedad de la ubiquidad: comunicación e difusión. Trad. Ramon Font, Barcelona: Gustavo Gilli, 1978.

DUBET, François. El declive de la institución: profesiones, sujetos y individuos em la modernidad. Barcelona: Gedisa, 2013.

FARIA, José Eduardo. O direito na economia globalizada. São Paulo: Malheiros, 1999.

PUGLIESI, Márcio. A Theory of Law: a systemic constructionist approach. Berlin: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

Artigos e textos de interesse.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Marco Antônio Marques da Silva
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Constitucionalização do Processo e do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	5ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito, Justiça e Política. Direito e Norma Jurídica. Causas Essenciais do Direito. Princípios e regras jurídicas: conflitos e critérios de solução. Eficácia da Lei no tempo e seus princípios fundamentais. Ordenamento Jurídico e Hermenêutica. Justiça e Teorias Procedimentais. Fundamentos do Estado Democrático de Direito e o Acesso à Justiça. O Princípio Constitucional da Dignidade Humana. O fenômeno da Constitucionalização. A Constitucionalização do Direito e do Processo. A ordem constitucional de valores e a imposição de uma coerência na legislação ordinária. Identificação do Processo no Sistema Constitucional de Direitos e Garantias Fundamentais. O processo constitucional como instrumento de interpretação de institutos jurídicos. Relações de poder: relação de autoridade, de liderança, de reputação e detentor do poder.

Bibliografia Básica:

ALEXY, Robert. Teoría de la argumentación jurídica: la teoría del discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1989.

DE CICCIO, Claudio & GONZAGA, Alvaro de Azevedo. Teoria Geral do Estado e Ciência Política. 2ª edição, 2009.

DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. São Paulo: Martins Fontes, 3ª edição, 2010.

MIRANDA, Jorge & SILVA, Marco Antonio Marques da. (Coordenação). Tratado Luso-Brasileiro da Dignidade Humana. São Paulo: Quartier Latin, 2ª edição, 2009.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: Técnica, Decisão, Dominação. São Paulo: Atlas, 7ª edição, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Eugênia Reis Finkelstein
Disciplina:	Comércio Eletrônico
Núcleo de Pesquisa:	Direito Comercial
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h:00 às 23h:00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso destina-se aos pós-graduandos em Direito, no núcleo de pesquisa em Direito Comercial que queiram especializar-se em Comércio Eletrônico, além de outros alunos de outras áreas de especialização que possam se aproveitar destes estudos. O módulo tem como objetivo apresentar aos alunos os conceitos e mecanismos fundamentais do Comércio Eletrônico brasileiro, abordando o funcionamento dos instrumentos jurídicos que, acomodando os interesses dos agentes econômicos, possibilitam a sua organização.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Ana Paula Gambogi. Contratos Via Internet. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

GRECCO, Marco Aurélio; MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). Direito e Internet. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

FINDELSTEIN, Maria Eugênia. Manual do Direito Empresarial. São Paulo: GEN, 2016.

FINDELSTEIN, Maria Eugênia. Direito do Comércio Eletrônico São Paulo: Elsevier, 2011.

RÜCKER, Bernardo. Responsabilidade do provedor de internet frente ao Código de Defesa do Consumidor, disponível no site www.jus.com.br em 28 de julho de 2002.

VOLPI NETO, A. Comércio Eletrônico: Direito e Segurança. Curitiba: Juruá, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Maria Helena Diniz
Disciplina: Direitos da Personalidade: Questões Controvertidas Bioética Jurídica
Núcleo de Pesquisa: Direito Civil Comparado
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 08h00 às 12h00
Semestre: 1º/2019
Crédito correspondente: 04
Carga Horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

Procurar-se dar uma visão Constitucional e Civil dos Direitos da Personalidade, voltada ao dinamismo do direito brasileiro e estrangeiro, fixando aspectos mais interessantes, apontando questões controvertidas bioéticas e jurídicas, buscando soluções aos possíveis conflitos entre os direitos de personalidade sem olvidar dos problemas engendrados na seara da responsabilidade civil.

Bibliografia Basica:

DE CUPIS, Adriano. El daño. Barcelona, 1975.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. Vols 1 e 7, São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. O Estado Atual do Biodireito. São Paulo: Saraiva, 2017.

BONVICINI. El Danno a persona. Milano, 1958.

ZANNONI, Eduardo. El daño em la responsabilidad Civil. Buenos Aires, 1982.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Maria Helena Diniz
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2019
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

Análise da teoria do ordenamento jurídico e do sistema como instrumento lógico da construção científico-jurídica; questão da plenitude e consistência do sistema; dinâmica do sistema; idéia de sistema nas várias correntes jusfilosóficas, salientando o papel da ciência jurídica e da sua linguagem e a questão da unidade sistemática das normas.

Bibliografia Basica:

BOBBIO, Norberto. Teoria do Ordenamento Jurídico, 1991.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Teoria da norma jurídica, 1998.

_____. Conceito de sistema no direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1978.

KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 1962.

VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e sistema de direito, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Miguel Horvath Júnior
Disciplina:	Benefícios Previdenciários à Luz da Efetividade da Proteção Social
Núcleo de Pesquisa:	Direito Previdenciário
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Direito social. Efetividade dos direitos sociais. Proteção social à luz do constitucionalismo social. Teoria do risco social (riscos sociais e contingências sociais). Classificação do grupo previdenciário protegido. Dano presumido e dano real. Prestações previdenciárias - benefícios e serviços - diferenças. Estudo dos benefícios previdenciários previstos no ordenamento pátrio à luz da efetividade.

Bibliografia Básica:

1. Direitos Fundamentais Sociais. CRISTINA QUEIROZ. Coimbra. Ed Coimbra 2006;
2. El concepto de derecho sociales fundamentales. RODOLFO ARANGO. Bogotá. Ed. Legis, 2005.;
3. Sistema de Seguridade Social. WAGNER BALERA. São Paulo: Ed. LTr, 8 ed. 2016.
4. Direito Previdenciário. MIGUEL HORVATH JÚNIOR. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 11 ed. 2018;
5. O Poder Judiciário e as Políticas Públicas Previdenciárias. GISELLE DE AMARO FRANÇA. São Paulo: LTr.2011.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Miguel Horvath Júnior
Disciplina:	Metodologia Científica e Didática do Ensino Superior
Núcleo de Pesquisa:	Teoria Social, Metodologia, Lógica e Semiótica do Direito
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2019
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso tem como finalidade estudar as interrelações entre a ciência jurídica e a ciência metodológica. Bem como capacitar o pós-graduando ao magistério na área do direito. Além do estudo da criação desenvolvimento e finalização do projeto científico. Estudo da redação científica e das formas de citação estudar os seguintes temas: O direito como ciência. O conhecimento e a pesquisa. Trabalho científico. A importância do trabalho científico. A escolha do tema. A revisão da literatura. A organização das fontes e materiais de pesquisa. Elementos do projeto de pesquisa científica. Técnicas de normatização do trabalho científico. As formas de apresentação do trabalho científico: Tese, Dissertação, trabalho didático, monografia de conclusão de curso, resenha bibliográfica, fichamento. Didática do ensino superior.

Bibliografia Básica:

LAMY, Marcelo. Metodologia de Pesquisa Científica. Rio de Janeiro: Elsevir, 2011.

MASETTO, Marcos T. O professor na hora da verdade: a prática docente no ensino superior. São Paulo: Avercampo, 2010.

PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Compreender e ensinar. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TAGLIAVINI, João Virgílio. Aprender e ensinar direito para além do direito que se ensina errado. São Carlos, SP: Edição do autor, 2013.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Nathaly Campitelli Roque
Disciplina:	Teoria Geral do Direito - Direito e Acesso à Justiça
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A Disciplina Teoria Geral do Direito - Direito e Acesso à Justiça, visa à construir uma análise, estrutural e histórica, das relações entre Direito, Estado e suas inter-relações com o Acesso à Justiça e ao Judiciário. A partir das óticas monista, dualista e da gradação da positividade jurídica, buscar-se-á compreender a importância do Estado na produção do Direito moderno, bem como as relações entre Soberania e Poder dentro de uma perspectiva democrática e plural a fim de construir um Estado Democrático de Direito.

Bibliografia Básica:

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. Acesso à Justiça, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CAMPILONGO, Celso Fernandes; GONZAGA, Alvaro de Azevedo; FREIRE, André Luiz. ENCICLOPÉDIA JURÍDICA PUCSP.
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado. 3. ed. Trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REALE, Miguel. Teoria do direito e do estado. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

SADEK, Maria Teresa (Org.). Acesso à Justiça. São Paulo: Konrad - Adenauer - Stiftung, 2001.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Nelson Nery Junior
Disciplina:	Ativismo judicial e tutela jurisdicional coletiva
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O termo ativismo tem sido empregado com verdadeira poluição semântica, ora descrevendo fenômenos distintos, ora sendo utilizado para legitimar decisões judiciais apenas em função do seu resultado. Desse modo, o curso tratará o tema mediante resgate da sua origem nos EUA perpassando suas principais fases até o situarmos perante a polêmica nacional sobre o tema. Para tanto o ativismo será apresentado como uma constante tensão entre *judicial review* e *self-restraint*. Tensão a partir da qual o código da linguagem jurídica é trocada por um código de linguagem ideológico ou político. O arcabouço teórico do ativismo será contrastado com a atual tutela jurisdicional coletiva para investigarmos se tem havido ativismo na implementação de políticas públicas por meio de ações coletivas dentre outros temas correlatos ao processo coletivo.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. Processo Constitucional Brasileiro, 2.^a ed., SP: RT, 2018

NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa M. Código de Processo Civil Comentado, 17.^a ed., SP: RT, 2018

NERY JUNIOR, Nelson e ABBOUD, Georges. O CPC/2015 e o risco de uma juristocracia: a correta compreensão do função dos tribunais superiores entre o ativismo abstrato das teses e o julgamento do caso concreto. Revista Brasileira de Direito Processual (Impresso), v. 93, p. 225-254, 2016.

SAMPAIO, Jorge Silva. O Controle Jurisdicional das Políticas Públicas de Direitos Sociais. Coimbra: Coimbra Editora, 2015.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direitos Difusos e Coletivos.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Nelson Nery Junior
Professores Convidados:	Teresa Celina Arruda Alvim e Cássio Scarpinella Bueno
Disciplina:	Meios de impugnação às decisões judiciais e as funções dos Tribunais Superiores
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

O objetivo da disciplina é analisar a contemporânea função dos Tribunais Superiores mediante o redimensionamento atribuído aos meios de impugnação às decisões judiciais em especial, RE/REsp e reclamação. Além da análise processual, a disciplina enfrentará o tema do ativismo judicial na atuação contemporânea do STJ e STF bem como a repercussão do efeito vinculante no sistema processual brasileiro.

Bibliografia Básica:

ABBOUD, Georges. Processo Constitucional Brasileiro, 2.^a ed., SP: RT, 2018

ALVIM, Teresa Arruda; Dantas, Bruno. Recurso Especial e Recurso Extraordinário. A nova função dos Tribunais Superiores, 5.^a ed., SP: RT, 2018.

_____. Embargos de declaração, 4.^a ed., SP: RT, 2018

NERY JUNIOR, Nelson; Andrade Nery, Rosa M. Código de Processo Civil Comentado, 17.^a ed., SP: RT, 2018

SCARPINELLA BUENO, Cassio. Manual de Direito Processual Civil, 4.^a ed., SP: Saraiva, 2018.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Processual Civil.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Oswaldo Henrique Duek Marques
Disciplina:	Temas de Direito Penal: Imputação Objetiva e a Teoria do Domínio do Fato
Núcleo de Pesquisa:	Direito Penal
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso pretende aprofundar dois temas importantes na área do Direito Penal, que têm proporcionado debates profícuos na atualidade: A imputação (objetiva e subjetiva) e a teoria do domínio do fato. Para tanto, serão estudadas obras dos principais autores sobre os temas, com destaque para Claus Roxin, Cancio Meliá, Luís Greco e Alaor Leite. A partir da pesquisa teórica e da análise de casos práticos.

Bibliografia Básica:

CANCIO MELIÁ, Manuel. Conducta de la Víctima e Imputación Objetiva en Derecho Penal. Segunda edición. Barcelona: Boch, 2001.

DUEK MARQUES, Oswaldo Henrique. Fundamentos da Pena. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2016.

GRECO, Luís...(et alii). Autoria como Domínio do Fato: estudo introdutório sobre concurso de pessoas no direito penal brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

ROXIN, Claus. Autoría y Dominio del Hecho em Derecho Penal. Traducción de la novena edición alemana (2015) por Joaquín Cuello Contreras y José Luis Serrano

Gonzáles de Murillo. Buenos Aires: Marcial Pons, 2016.

_____. Funcionalismo e Imputação Objetiva no Direito Penal. Tradução de Luís Greco. 3ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Oswaldo Peregrina Rodrigues
Disciplina:	O Direito Civil: suas Relações Jurídicas e a Mediação
Núcleo de Pesquisa:	Direito Civil
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O Direito Civil cuida da pessoa natural em todas as fases de sua existência regulando, garantindo e protegendo a existência e eficácia, como o exercício, de seus direitos e deveres jurídicos, desde seu nascimento com vida - com atenção especial ao nascituro - até sua morte - com a proteção de sua imagem mesmo depois dela -; transcorre todas suas potenciais relações jurídicas, da aquisição da personalidade civil, perpassando por sua condição de negociante, proprietário, membro de uma família, pontuando a sucessão hereditária de seu patrimônio. Em sua vida fática, com efeito, a pessoa natural integra, celebra e assume variadas relações jurídicas privadas, as quais e nas quais, podem surgir conflitos de interesses entre esses sujeitos de direito, cuja decisão pelo Poder Judiciário, que nem sempre os resolve, em certos casos, é exclusiva; em outros, poder-se-ão solucioná-los de modo extrajudicial, aqui, com especificidade à mediação; assim posto, expressamente, pelo CPC/2015 em seu artigo 3º e seus parágrafos, dentre outros. Assim sendo, com o escopo de assegurar validade e eficácia às relações jurídicas privadas pactuadas, assumidas ou integradas pela pessoa natural, há que se buscar sua efetividade com a garantia do pleno exercício dos direitos e deveres que delas resultam, visando a plena satisfação desses sujeitos de direitos, quanto possível. O propósito desta Disciplina é conhecer, analisar e avaliar os elementos essenciais constitutivos das Relações Jurídicas de Direito Civil, e indicar, avalizar e referendar aquelas em que a solução de eventuais conflitos de interesses possam ser resolvidos pela Mediação; cujo estudo desse método extrajudicial será de inegável validade e interesse fático-jurídico, incluindo sua avaliação em face de outros meios de solução de conflitos.

Bibliografia Básica:

ASCENSÃO, José de Oliveira. Direito Civil: Teoria Geral, vols. 1, 2 e 3. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

PUC-SP

CALMON, Petronio. Fundamentos da mediação e da conciliação. 2ª ed. Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado: critérios para a sua aplicação. 2ª ed. 2ª tir. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

RÃO, Vicente. O direito e a vida dos direitos. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

VEZZULLA, Juan Carlos. Mediação: teoria e prática; guia para utilizadores e profissionais. Agora Publicações, 2001



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Regra-matriz de incidência tributária
Núcleo de Pesquisa:	Direito Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina objetiva o estudo aprofundado da teoria da regra-matriz de incidência tributária como instrumento metodológico para a compreensão una, incindível e indecomponível, da norma geral e abstrata (unidade mínima de manifestação do deôntico com sentido completo), precisando a função dos critérios material, espacial, temporal, quantitativo e pessoal, inerentes à sua estrutura lógica. Nesse contexto, serão examinadas diversas perspectivas relacionadas à norma jurídica que institui o tributo, com ênfase nos seguintes aspectos: I - Categorias fundamentais: metodologia, conhecimento e linguagem; II - Direito e Lógica; III - A regra-matriz como esquema lógico de interpretação dos textos jurídicos; IV - Sistema Constitucional Tributário: delimitações constitucionais para a instituição da regra-matriz de incidência dos tributos; V - Hipótese tributária e seus critérios: material, espacial, temporal; VI - Relação jurídica e o conseqüente normativo (critérios pessoal e quantitativo); VII - Regra-matrizes de incidência dos impostos, das taxas e das contribuições; VIII - Isenções tributárias e sua relação com a regra-matriz de incidência tributária

Bibliografia Básica:

- ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário, Linguagem e Método. 6ª ed., São Paulo: Noeses, 2015.
- VILANOVA, Lourival. Estruturas lógicas e o sistema do direito positivo. 4. Ed. São Paulo: Noeses, 2010.
- VILANOVA, Lourival. Causalidade e relação no direito. 4ª ed. São Paulo: Noeses, 2015.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Filosofia do Direito I - Lógica deôntico-jurídica
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O programa volta-se para o direito positivo, tomado como discurso lingüístico, procurando conhecer seu plano sintático. Firmada essa hipótese de trabalho, detém-se na investigação de suas estruturas formais. Está dividido em três partes: na **primeira**, o foco temático é a linguagem, suas funções, formas e tipos; na **segunda**, as preocupações estão voltadas para noções de lógica clássica, especialmente para o cálculo proposicional, travando breve contacto com a lógica modal alética, capítulo que serve de ponte para atingir-se a dimensão formal da linguagem prescritiva de condutas: a lógica modal deôntica. Há também, nesta segunda parte, conceitos básicos de "teoria das relações". Na **terceira**, o objetivo passa a ser a aplicação das categorias lógicas examinadas, tendo em vista a boa compreensão do sistema empírico do direito positivo. Na medida em que analisa o discurso normativo, com ênfase na instância sintática, o projeto se apresenta como uma contribuição para o estudo semiótica da linguagem jurídica, uma vez esclarecidos os domínios semânticos desta última expressão ("linguagem jurídica").

Bibliografia Básica:

- CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 7ª ed. São Paulo: Noeses, 2018.
- CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. Volumes I, II e III. São Paulo: Noeses, 2014/2014/2016.
- ECHAVE, Urquijo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.
- TOMÉ, Fabiana Del Padre. A prova no direito tributário. 4ª.ed. São Paulo: Noeses, 2016.
- VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 4ª.ed. São Paulo: Noeses, 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo de Barros Carvalho
Disciplina:	Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa:	Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	18h00min às 23h00min
Semestre:	1º/2019
Crédito correspondente:	05
Carga Horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

A forma superior de sistema poderá ser identificada sempre que se observe conjunto de objetos reunidos e organizados segundo referência unitária. Por isso, estudar um sistema qualquer exige a compreensão dos seus elementos, bem como as relações que esses mantenham entre si. Para estudar o sistema de direito positivo será utilizado modelo para análise das normas jurídicas, construído a partir de categorias da teoria geral do direito e potencializado por instrumentos teóricos da filosofia da linguagem e da semiótica. Já o estudo das relações que as normas mantêm entre si, será feito com vista à percepção dos efeitos normativos que projetam. Desta forma, a validade das normas jurídicas, as antinomias, as regras de superação de antinomias, além das técnicas de argumentação, utilizadas na solução de conflitos, serão abordadas como temas decorrentes da especial forma de relação que as normas mantêm entre si no interior do sistema.

Bibliografia Basica:

CARVALHO, Paulo de Barros. Direito Tributário Linguagem e Método. 7.ed. São Paulo: Noeses, 2018.

CARVALHO, Paulo de Barros. Derivação e Positivização no Direito Tributário. 2ª.ed. São Paulo: Noeses, 2014.

ECHAVE, Urquijo e Guiboug. Lógica, proposición y norma. Buenos Aires: Astrera, 1986.

GUASTINI, Riccardo. Das fontes às normas. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

VILANOVA, Lourival. Estruturas Lógicas e Sistema do direito positivo. 3ª.ed. São Paulo: Noeses, 2005.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Paulo Sérgio Feuz
Professor Convidado:	Nelson Luiz Pinto
Disciplina:	Sistema Legal do Esporte
Núcleo de Pesquisa:	Direito Desportivo
Dia da semana:	6 ^a feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina estudará o Sistema de legal do Desporto Nacional, partindo da previsão Constitucional, seus princípios e a legislação infraconstitucional, relacionando o esporte como atividade econômica e de relevância para Sociedade Brasileira.

Bibliografia Básica:

Araújo, Luiz Alberto David: Nunes Júnior, Vidal Serrano, Curso de Direito Constitucional, Saraiva;

Feuz, Paulo Sérgio, Direitos do Consumidor nos Contratos de Turismo, Edipro;

Melo Filho, Álvaro, Nova Lei Pelé: Avanços em Impactos- Editora Maquinária;

Melo Filho, Álvaro, Desporto: Na ordem Jurídico Constitucional Brasileira, Editora Malheiros;

Melo Filho, Álvaro, Desporto na Nova Constituição, Editora SAFE - Sérgio Antônio Fabbris.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Paulo Sérgio João
Disciplina:	Direito Coletivo do Trabalho e a Efetivação dos Direitos Fundamentais do Trabalhador
Núcleo de Pesquisa:	Direito do Trabalho
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina tem como proposta o encaminhamento de reflexões sobre as transformações das relações de trabalho no âmbito da representação coletiva dos trabalhadores e seus efeitos na perspectiva da proteção e realização dos direitos fundamentais. A temática da disciplina envolverá reflexões sobre o exercício do direito à liberdade sindical e as novas dimensões da representatividade de trabalhadores por meio de sindicatos ou outras formas de manifestação coletiva. Também serão objeto de estudo os efeitos jurídicos da manifestação da autonomia da vontade coletiva de acordo com as novas disposições legais trazidas pela Lei nº 13.467/2017. A natureza jurídica da representação de trabalhadores no âmbito da empresa: direito coletivo ou representação desvinculada de sindicato.

Bibliografia Básica:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de Direito Sindical. 4ª ed. São Paulo: LTr, 2018

ROMITA, Arion Sayão, Direitos fundamentais nas relações de trabalho, São Paulo, LTr. Editora Ltda.;

SARLET, Ingo Wolfgang, A eficácia dos direitos fundamentais, Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora

JOÃO, Paulo Sergio. Participação nos lucros ou resultados das empresas. São Paulo: Dialética, 1998, 95 págs.

RAMALHO, Maria do Rosário Palma. Direito do Trabalho Parte I - Dogmática Geral. Coimbra: Almedina, 582 págs. 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Pedro Estevam Alves Pinto Serrano
Disciplina:	Teoria Geral do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Todos (Disciplina Obrigatória)
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

O curso visa tratar do tema da Teoria da Decisão Jurídica, implicando distinguir a concepção positivista-analítica de Kelsen, Bobbio e Hart das concepções do positivismo crítico de Ferrajoli bem como do pensamento de Dworkin e Alexy e outras correntes de pensamento no tocante a teoria da decisão jurídica. O curso demonstrara como se deu a insatisfação teórica e axiológica contemporânea com a formulação positivista analítico-exclusivista, que coloca fora do âmbito da ciência do direito a aplicação do direito por considera-la insuscetível de um saber racional (política jurídica em Kelsen, discricionariedade em Hart e antinomia real em Bobbio), que levou ao uso da teoria dos princípios e da teoria da argumentação jurídica como métodos para reduzir ou mesmo eliminar o âmbito de plurissignificação da norma face ao caso concreto, reduzindo ou eliminando a esfera de decisão subjetiva do aplicador da norma .O curso implicara tanto no estudo crítico das concepções positivistas referidas como no da teoria dos princípios com a conseqüente relação entre direito e moral ,bem como da teoria da argumentação jurídica, além da teoria hermenêutica contemporânea e outras correntes de pensamento sobre o tema . Serão também abordadas outras concepções alternativas do tema.

Bibliografia Básica:

- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito, Editora Martins Fontes, SP 2006.
- FERRAJOLI, Luigi, Poderes Selvagens, Ed Saraiva, SP 2016
- HART, Herbert, O Conceito de Direito, Editora Martins Fontes, SP 2009
- ALEXY, Robert, Teoria dos Direitos Fundamentais, Malheiros Editores, SP 2008
- DWORKIN, Ronald, Levando os Direitos a Sério, Ed. Martins Fontes, SP 2010.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Regina Vera Villas Bôas
Disciplina:	A Teoria Geral e os Fundamentos dos Direitos Difusos e Coletivos e a Pós-Modernidade: Diálogo das Fontes
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Difusos e Coletivos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina reflexiona sobre a possibilidade de construção de uma "Teoria Geral dos Direitos Difusos e Coletivos", conhecidos, também, por direitos transindividuais ou metaindividuais, debatendo sobre principais fundamentos sociais, políticos, econômicos, ambientais, éticos e jurídicos dos direitos, a partir de visão interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar. São trazidas lições clássicas e pós-modernas atinentes à formação, à história, aos fundamentos e à efetividade dos direitos transindividuais, levando em conta estudos sobre as dimensões dos Direitos Humanos e os Direitos Fundamentais constitucionais. As reflexões se valem, notadamente, dos ensinamentos de Edgar Morin sobre o pensamento da complexidade, de Claus Wilhelm Canaris sobre o pensamento sistemático, de Joaquín Herrera Flores sobre o fato de serem os direitos humanos considerados como produtos culturais e efetivos, trazendo à baila julgados contemporâneos e simbólicos sobre a matéria. Os ofertados enfoques inter, multi e transdisciplinares objetivam a aproximação harmoniosa dos campos do conhecimento, selecionando disciplinas à realização dos diálogos jurídicos que enfocam valores como a liberdade, a igualdade, a solidariedade, a fraternidade e o bem comum, entre outros. A sistematização dos Direitos Difusos e Coletivos utiliza diálogos de fontes que integram princípios, regras e normas jurídicas relevantes dos Direitos: do Consumidor; Criança, Juventude e Adolescência; Idoso; Ambiental; Minerário; Coletividades e Minorias; Direito Privado, Direito Público, Direitos Coletivos, Direitos Difusos e Direito Comunitário; todos refletidos a partir dos Direitos Humanos e Fundamentais, e estabelecendo as necessárias comunicações entre os fundamentos e princípios constitucionais, a partir de visão ética do Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

Bibliografia Básica:

CANARIS, Claus Wilhelm. Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito. Trad. Antônio Menezes Cordeiro, 3^a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

FLORES, Joaquín Herrera Teoria Crítica dos Direitos Humanos: os direitos humanos como produtos culturais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

MORIN, Edgar. Introdução ao Pensamento Complexo. Trad. Eliane Lisboa. 3. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.

SARMENTO, Dirléia F.; MENEGAT. J.; WOLKMER, A. Carlos. Educação em Direitos Humanos: Dos dispositivos legais às práticas educativas, Organizadores: Porto Alegre (RS) - Ed. CirKula LTDA, 1^a ed, ISBN - 978-85-67442- 9706, 2018.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Renato Lopes Becho
Disciplina:	<i>The rule of law and the Brazilian Tax Procedure</i>
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

The program aims to present, in English, what the rule of law is, its elements, and consequences, including the doctrine of precedents imported from the common law by the Brazilian Civil Procedure Code. Next, it will analyze if the Brazilian Tax Procedure has these elements. To do so, it will study the concepts of the rule of law, its institutions and relevance; the common law and civil law systems; and Brazilian cases that can show if our Tax Law deserves the classification as a rule of law.

Bibliografia Básica:

ACEMOGLU, Daron, ROBINSON, James A. Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty. London: Profile, 2012.

DUXBURY, Neil. The nature and authority of precedent. Cambridge (The UK): Cambridge University Press, 2008.

ORTH, John V. Due process of law: a brief history. Lawrence (Kansas, The US): University Press of Kansas, 2003.

POSNER, Richard A. Reflections of judging. Cambridge (Massachusetts, The US): Harvard University Press, 2013.

RAZ, Joseph. Between authority and interpretation. Oxford: Oxford University Press, 2009.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

As aulas serão ministradas em inglês.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Roque Antônio Carrazza
Disciplina:	Princípios do Direito Constitucional e Processual Tributário
Núcleo de Pesquisa:	Direito Constitucional e Processual Tributário
Dia da semana:	2ª feira
Horário:	18h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos Correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL TRIBUTÁRIO. Exposição, análise e interpretação dos elevados princípios de direito albergados, explícita ou implicitamente, na Constituição Federal de 1988, de algum modo relacionados com a tributação, tais como o republicano, o federativo, o da autonomia municipal, o da anterioridade, o da legalidade, o da segurança jurídica, o do devido processo legal e o da duração razoável do processo. Quando for o caso, será estudada a repercussão desses princípios na legislação infraconstitucional, inclusive no Código Tributário Nacional e no Código de Processo Civil.

Bibliografia Básica:

ATALIBA, Geraldo. República e Constituição.

BECHO, Renato Lopes. Execução Fiscal: análise crítica.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Direito Constitucional e Processual Tributário.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Sérgio Seiji Shimura
Professores Convidados:	Anselmo Prieto Alvarez e Olavo de Oliveira Neto
Disciplina:	Procedimentos Especiais
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	3ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Análise da sistemática dos procedimentos que refogem ao rito comum do Código de Processo Civil. Estudo dos mecanismos processuais de efetivação dos institutos previstos no direito material. Abordagem da opção legislativa em elencar alguns procedimentos em razão de suas peculiaridades.

Bibliografia

- ALVIM, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR. Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, RT.
- BUENO, Cassio Scarpinella (Coordenador). Comentários ao Código de Processo Civil. Saraiva, vol. 3, 2017.
- BUENO, Cassio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil, Saraiva, Saraiva, 2018.
- CARNEIRO, Paulo Cezar Pinheiro. Comentários ao Código de Processo Civil, vol. IX, Tomo II, Forense.
- NERY Jr., Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil comentado, RT.
- OLIVEIRA NETO, Olavo de; MEDEIRO NETO, Elias Marques de; OLIVEIRA, Patrícia Elias Cozzolino de. Curso de Direito Processual Civil, vol. 1, 2 e 3, Ed. Verbatim.
- SANTOS, Ernane Fidélis dos Santos, Comentários ao Código de Processo Civil, vol. 6, Forense.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Silvio Luís Ferreira da Rocha
Disciplina:	Problemas Contemporâneos do Direito Administrativo: Prevenção e Repressão de Atos de Corrupção nas Relações Jurídicas Administrativas
Núcleo de Pesquisa:	Direito Administrativo
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h:00 às 12h:00
Semestre:	1º/2019
Créditos Correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

A disciplina Prevenção e Repressão de Atos de Corrupção nas Relações Jurídicas Administrativas busca estudar de forma sistematizada os instrumentos jurídicos existentes no ordenamento jurídico para prevenir e reprimir os atos de corrupção, em sentido amplo, nas distintas relações jurídicas administrativas. Serão estudados, entre outros tópicos: Medidas de Enfrentamento, como a tutela da probidade e da moralidade administrativa, bem como as infrações e sanções previstas nas leis de improbidade administrativa, anticorrupção e no acordo de leniência; Embargo preventivo, apreensão e confisco de bens; Medidas de Prevenção, como os programas de integridade; Cláusula Anticorrupção; Medidas de Cooperação, como o acordo de leniência e o de colaboração premiada; As distorções do enfrentamento a corrupção, como a superposição de esferas responsabilizadoras e o *Lawfare*.

Bibliografia Básica:

- FERREIRA DA ROCHA, Silvio Luís. Lei Anticorrupção, Amazon, Independently Published, 2008.
- MILLER, Geoffrey Parsons. "The Law of Governance, Risk Management, and Compliance". Wolters Kluwer.2014.
- WILLIAMS-ELEGBE, Sope. Fighting Corruption in Public Procurement: A Comparative Analysis of Disqualification or Department Measures. Oxford and Portland, Oregon, 2012.
- DAL POZZO, Antonio Araldo Ferraz et.al. Lei Anticorrupção: apontamentos sobre a Lei n. 12.846/2013, 2ª edição, revista e atualizada de acordo com o Decreto n. 8420/2015 e o novo Código de Processo Civil. São Paulo: Contracorrente, 2015.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

SARCEDO, Leandro. Compliance e responsabilidade penal da pessoa jurídica: construção de um novo modelo de imputação baseado na culpabilidade corporativa. São Paulo: LiberArs, 2016.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Disciplina:	Filosofia do Direito: Justiça e Vingança
Núcleo de Pesquisa:	Filosofia do Direito
Dia da semana:	6 ^a feira
Horário:	07h30min às 12h30min
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	05
Carga horária:	450 horas
Nível:	Doutorado

Ementa:

1. Para uma metódica de análise: história, mito e ontologia.
2. Themis e Diké.
3. A estrutura da vingança.
4. Vingança e justiça: o nascimento do tribunal.
5. A instituição penal e justiça/vingança.
6. Contrato e vingança.
7. Justiça: justeza e senso de justiça - para uma delimitação entre justiça e vingança.

Bibliografia Básica:

Nietzsche e o ressentimento - Para a genealogia da moral: livro de professor / Nietzsche; tradução e adaptação de Oswaldo Giacoia Junior; coord. Antonio Jose Romera Valverde., ensaio 1 e 2.

Moral Epistemology, the Retributive Emotions and the Clumsy Moral Philosophy of Jesus Christ, de J.G. Murphy (Susan Bandes, item 5).

Antonio Cândido. Conde de Monte Cristo e a vingança capitalista. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

Justice v. Vengeance (Robert Solomon: em The Passions of Law, Susan Bandes, 1999, ensaio 4).

Justiça e linchamento - MARTINS, José de Souza. Linchamentos: a justiça popular no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito do Núcleo de Pesquisa de Filosofia do Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Thereza Celina Diniz de Arruda Alvim
Professor Convidado:	Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim
Disciplina:	Sujeitos do Processo Civil Brasileiro
Núcleo de Pesquisa:	Direito Processual Civil
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	19h00 às 23h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Na presente disciplina, o processo civil será analisado sob a perspectiva subjetiva. Ou seja, o processo será analisado sob a perspectiva dos sujeitos que participam do processo, seja na qualidade de parte, seja na qualidade de terceiros interessados. Também a figura do juiz será analisada na presente disciplina, tendo em vista, por exemplo, a possibilidade de celebração de negócios jurídicos processuais que envolvam os poderes do magistrado, ou mesmo a possibilidade de estabelecimento de calendário processual com predefinição dos momentos em que serão praticados os atos decisórios, por exemplo. Ao lado disso, há temas de fundamental importância para a melhor compreensão da posição dos sujeitos no processo e do alcance das decisões judiciais, em especial, os pontos pertinentes às ações coletivas, à capacidade de estar em juízo e à legitimação extraordinária no âmbito da resolução jurisdicional de controvérsias individuais (art. 18 do CPC). Sob a perspectiva da própria coisa julgada, a presente disciplina aprofundar-se-á na análise dos limites subjetivos da coisa julgada e das consequências jurídicas advindas da não integração da parte ao processo, tema inserto na teoria das nulidades. Os sujeitos processuais também serão analisados sob a perspectiva do sistema de julgamento de casos repetitivos (art. 928 do CPC), o que passa, necessariamente, pelo enfrentamento de importantes aspectos constitucionais.

Bibliografia

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 17 ed. São Paulo: RT, 2017.

ALVIM, Eduardo Arruda. Direito processual civil. 5 ed. São Paulo: RT, 2013.



PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo **PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO**

ALVIM, Teresa Arruda. Nulidades do Processo e da Sentença. 8 ed. São Paulo: RT, 2017.

ALVIM, Thereza. O direito processual de estar em juízo. São Paulo: RT, 1996.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Litisconsórcio. 8 ed. São Paulo: Malheiros, 2009.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável:	Wagner Balera
Professor Convidado:	Eduardo Dias de Souza Ferreira
Disciplina:	Efetividade dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
Núcleo de Pesquisa:	Direitos Humanos
Dia da semana:	4ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Créditos correspondentes:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

Os Direitos Humanos, segundo a perspectiva do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, correspondem à dimensão prestacional que o tema comporta. Verdadeiro paradigma do mínimo existencial, devem ser perquiridos segundo a concepção do Estado do Bem Estar e da Sociedade de Risco, com a indagação básica de respectiva efetividade.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Comentários à Declaração Universal dos Direitos Humanos, São Paulo:KDP Amazon, 3ª edição, 2018.

COMENTÁRIOS AO PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS Organizadores: Wagner Balera e Vladmir Oliveira da Silveira, Curitiba, Clássica, 2013

BECK, Ulrick. La Sociedad del Riesgo Mundial. Buenos Aires: Paidós, tradução de Rosa S. Carbó, 2007.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, tradução de Laura T. Mota. 2000.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Professor Responsável: William Santos Ferreira
Professor Convidado: João Batista Lopes
Disciplina: Direito Probatório em Evolução
Núcleo de Pesquisa: Direito Processual Civil
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2019
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

A disciplina proposta analisará o direito probatório à luz da doutrina clássica e da contemporânea com ênfase nas grandes transformações, inclusive nas inovações introduzidas no CPC Brasileiro de 2015.

Bibliografia

FERREIRA, William Santos e JOBIM, Marco Félix (coord.) Direito probatório. Salvador: JusPodium, 2016

_____. Princípios fundamentais da prova cível. São Paulo: RT.

LESSONA, Carlo. Teoría general de la prueba en derecho civil. Madrid: Reus, 1929

LOPES, João Batista. A prova no direito processual civil. 3.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

SANTOS, Moacyr Amaral. Prova judiciária no cível e comercial. 5 volumes. 4ª.ed. São Paulo: Max Limonad.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina: Filosofia do Direito III - Filosofia Política do Direito
Núcleo de Pesquisa: Filosofia do Direito
Dia da semana: 2ª feira
Horário: 19h00 às 23h00
Semestre: 1º/2019
Créditos correspondentes: 04
Carga horária: 360 horas
Nível: Mestrado

Ementa:

1. Noções proteiformes do Estado: gênese da sociabilidade. 2. Precusores do Pensamento Político na Antiguidade. 3. (Cont.) Na Idade Média. 4. (Cont.) No Renascimento. 5. Clássicos do Pensamento Político na modernidade. 6. Direito, violência e política. 7. Difusão do Estado de Exceção. 8. O Estado na Sociedade Mundial: o problema da autoimunidade.

Bibliografia Básica:

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção, trad. Iraci D. Poletti, São Paulo: Boitempo, 2004.

ESPOSITO, Roberto. Immunitas. Protección y negación de la vida. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.

GUERRA FILHO, Willis S.; Carnio, Henrique G. - Teoria Política do Direito, 2ª. ed., São Paulo: RT, 2014.

GUERRA FILHO, Willis S. Immunological Theory of Law, Saarbrücken: Lambert, 2014.

_____ - Teoria Processual da Constituição, 3ª. ed., São Paulo: RCS, 2007.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor: Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina: Ordenamento jurídico e sistema
Núcleo de Pesquisa: Obrigatória para todos os alunos do Doutorado em Direito
Dia da semana: 3ª feira
Horário: 07h30min às 12h30min
Semestre: 1º/2019
Crédito correspondente: 05
Carga Horária: 450 horas
Nível: Doutorado

Ementa:

Estudar o enfoque sistêmico adotado por Luhmann e outros como Teubner para descrever o ordenamento jurídico de Estados considerados periféricos e democráticos na atual condição histórica, a qual evolui no sentido de uma crescente globalização da sociedade mundial enquanto pós-industrial. Como pano de fundo tem-se a questão mais ampla sobre que tipo de relação pode haver entre a abordagem sistêmica nos estudos jurídicos com aquelas que se caracterizam como críticas, especialmente de autores pós-estruturalistas como Deleuze e Derrida. A tentativa que aqui se faz é de ir além dessas abordagens, tendo-as como pré-requisito. Para tanto, parte-se da descrição das características gerais da ordem jurídica da sociedade globalizada em que vivemos na atualidade, com um esboço da teoria evolucionista dos sistemas sociais autopoieticos, passando ao exame da mudança neste paradigma que pode ocasionar o enfoque imunológico desenvolvido na área das humanidades, como também em áreas diferentes do conhecimento.

Bibliografia Basica:

CAMPILONGO, Celso. Política, Sistema Judicial e decisão, São Paulo: Saraiva, 2011.
GUERRA Filho, Willis S. Immunological Theory of Law, Saarbrücken: Lambert, 2014.
GUERRA Filho, Willis S. Autopoiese do Direito na sociedade informacional, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
LUHMANN, Niklas. Sistemas Sociais. Petrópolis: Vozes, 2016.
LUHMANN, Niklas. O Direito da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

Obs.: Quais são os pré-requisitos para o aluno cursar a disciplina?

Apenas para os alunos do Doutorado em Direito.



Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM DIREITO

Nome do Professor:	Willis Santiago Guerra Filho
Disciplina:	Signo e significação nos processos comunicacionais do Direito
Núcleo de Pesquisa:	Optativa para todos os Núcleos de Pesquisa
Dia da semana:	6ª feira
Horário:	08h00 às 12h00
Semestre:	1º/2019
Crédito correspondente:	04
Carga horária:	360 horas
Nível:	Mestrado

Ementa:

1. Cibernética, semiótica, teoria geral da comunicação, teoria de sistemas e outras abordagens teóricas transclássicas em sua aplicação ao direito. 2. O direito como fenômeno comunicacional. 3. Processos jurídicos como processos comunicacionais. 4. Condições vitais e ameaça a direitos na sociedade informacional.

Bibliografia Básica:

FLUSSER, Vilém. *Comunicologia: reflexões sobre o futuro*, São Paulo: Martins Fontes, 2015.

GUERRA FILHO, Willis S. *Teoria Processual da Constituição*, 3ª. ed., São Paulo: RCS, 2007.

_____ - *Quantum critic: Conhecimento e Comunicação em transmutação físico-matemática*, São Paulo: PUCSP - Tese de doutorado em Comunicação e Semiótica, 2017.

_____ - *Autopoiese do Direito na sociedade informacional*, 2ª. ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

HOEPFNER, Soraya Guimarães. *Filosofar em Tempos de Informação*, Natal: UFPB-UFPE-UFRN - Tese de Doutorado em Filosofia, 2011.